Cabral mantém o parlamentarismo

SÍLVIA CAETANO

O Projeto final de Constituição do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, mantém o sistema parlamentarista puro de governo, mas assegura ao presidente José Sarney mandato de seis anos — até março de 1991, conforme emenda do senador Afonso Arinos. Cabral garante contrato de trabalho contra dispensas imotivadas ou sem justa causa, "nos termos da lei". Isto significa, segundo o deputado José Inácio, do PMDB do Espírito Santo, que os contratos trabalhistas serão regulados por lei ordinária. No capítulo da reforma agrária, o substitutivo do relator mantém a imissão imediata de posse em 90 dias, com decurso de prazo.

Bernardo Cabral passou a noite no Centro de Processamento de Dados do Senado — Prodasen — em companhia do deputado Adolfo de Oliveira e do senador José Inácio, além dos assessores Sérgio Ferraz e Vicente Caccioni, definindo os últimos detalhes da sua proposta, especialmente as disposições transitórias.

O relator atendeu a pedidos dos sindicatos dos jornalistas e de vários parlamentares, entre eles os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e manteve o diploma para o exercício do jornalismo. Também manteve o texto do primeiro substitutivo sobre a anistia, de que o benefício será estendido a todos que, no período de 18 de setembro de 1945 até a data da promulgação da nova Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção,

Empresa nacional tem novo conceito; mantido o texto da imissão de posse

institucionais ou complementares e aos que foram abrangidos pelo decreto-legislativo nº 18, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções da inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem no serviço ativo. Com isso, serão excluídos da anistia os cabos e marinheiros punidos por atos administrativos. Não haverá reintegração ou pagamento de soldos atrasados.

O substitutivo final do deputado amazonense favorece os militares, acrescentando um trecho no parágrafo 22 do artigo 6º do capítulo dos direitos individuais, que impede o julgamento de militares por tribunal de júri. Suprime trecho que proibia a propaganda de guerra ou contra a ordem democrática e as publicações e exibições contrárias à moral e ao bom costume. A medida foi considerada por alguns constituintes como uma porta aberta ao estabelecimento da censura. Os presos passam a ter direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial.

O parágrafo 41, do mesmo artigo, determinando que todos têm direito a receber informações verdadeiras de interesse particular, coletivo ou geral dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública, exclui as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. O primeiro substitutivo estabelece que a lei não poderá excluir os militares, os policiais militares e os bombeiros do Exército de qualquer direito político, mas até ontem à noite Cabral ainda não havia decidido se atendia ou não a pressões para eliminar a proibição.

Bernardo Cabral hesitava ainda se criava ou não a figura do defensor do povo, mas assessores informaram que sua tendência era atender a apelos do Ministério Público, que quer continuar com as funções que seriam transferidas ao defensor público. Ele eliminou ainda uma grande arma dos estados, que lhes permitia legislar sobre matéria exclusiva de seu interesse. O último substitutivo não considera a criação de um tribunal constitucional, como desejam alguns setores. Não estava definido se o Distrito Federal poderá eleger diretamente seu governador. A tendência do relator era contra a autonomia do Distrito Federal. Bernardo Cabral acaba ainda com os marajás, através de dispositivo que não considera direito adquirido a parcela da remuneração dos servidores públicos que excede o seu limite máximo; e outro proibindo a acumulação de proventos, exceto quando no exercício de mandato legislativo e do magistério. Acaba também com o efeito "cascata" das gratificações.

Anistia exclui a reintegração e os soldos atrasados dos militares

O capítulo da ordem econômica e financeira permanece praticamente o mesmo do primeiro substitutivo, mas modificou a definição de empresa nacional. Segundo o dispositivo que trata do assunto, será considerada nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas ou jurídicas, ou por entidades de direito público. A fórmula original previa "sob a titularidade de brasileiros domiciliados no País." O substitutivo consagra ainda como empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída com sede e direção no País. Ele também manteve o texto original do capítulo sobre as políticas agrícola, fundiária e da reforma agrária, o que pode ser considerado uma vitória dos setores progressistas, que deendem a imissão imediata das áreas desapropriadas. No capítulo da ciência e tecnologia, retirou a expressão que considerava o mercado interno como integrante do patrimônio nacional, dispondo apenas que ele deverá ser orientado para o desenvolvimento nacional.

Bernardo Cabral manteve a aposentadoria do homem aos 35 anos de serviço e da mulher aos 30. Outro artigo dispõe que a lei regulará a intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, quando a proposta original proibia essa atividade. Foi mantida a pluralidade sindical, sendo considerada livre a greve, vedada à iniciativa patronal, mas com a adoção de providências que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Os estrangeiros, menores e conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, não poderão alistar-se. O relator suprimiu ainda o dispositivo que considerava inelegíveis os condenados em ação popular por lesão à União, aos estados e aos municípios, salvo reabilitados conforme a lei, o que evitaria prejuízos políticos ao ex-governador Paulo Maluf. Foi mantido o **habeas data**.

Houve ainda a supressão de dispositivos prevendo que a lei regularia a forma e as condições de participação, por instituições de direito público federais, estaduais e municipais, nos resultados da exploração econômica e no aproveitamento dos recursos naturais, renováveis ou não, da plataforma continental e do mar territorial. Outro artigo dispõe competir à União a criação de condições para as atividades de garimpagem e as diretrizes da política nacional de transportes e bases da educação nacional. Compete ainda à União e aos estados, concorrentemente, legislar sobre direito urbanístico e parcelamento do solo urbano, bem como normas de proteção à infância e à juventude.

Fixada aposentadoria do homem aos 35 anos de trabalho e da mulher aos 30

O substitutivo veda ainda a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais. O Poder Executivo continua com direito a prover os cargos de confiança direta do presidente da República, do primeiro-ministro, ministros de Estado e da autoridade máxima de entidade da administração indireta. Mas, se o substitutivo for transformado em dispositivo constitucional, caberá ao Congresso aprovar aquisição de imóvel rural por estrangeiros, a exploração de minerais em terras indígenas e da cessão de terras públicas.

O primeiro substitutivo previa que as prerrogativas processuais dos deputados e senadores arrolados como testemunhas não subsistirão se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de 30 dias, a convite judicial, o que foi suprimido por Cabral. O Congresso se reunirá, nos termos do substitutivo, de 15 de fevereiro a 15 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro. O sétimo substitutivo suprime a obrigatoriedade de um intervalo mínimo de 90 dias na discussão e votação de emendas constitucionais pela Câmara e Senado, dispensando a revisão de projeto de lei aprovado por uma das casas pela outra, quando propostas de idêntico teor forem aprovadas nas duas, em tramitação simultânea, o que é considerado um retrocesso na modernização do processo legislativo. Os subsídios parlamentares terão de ser aprovados pelos respectivos plenários das duas casas e não mais pelas suas mesas diretoras. O documento não mais consagra a prestação da Justiça gratuita quando for comprovada a impossibilidade da parte de pagar custas e taxas.

O primeiro substitutivo vedava a alteração da Constituição durante a vigência do Estado de defesa e do Estado de sítio, mas Bernardo Cabral não manteve a restrição, o que enfraquece o Congresso. O Executivo poderá ainda promover modificações na lei do Imposto de Renda para aplicação no mesmo exercício financeiro, o que atualmente não é permitido e, segundo assessores, atendeu a pressões da Receita Federal. O Imposto Territorial Rural passa para a União, enquanto os Estados poderão instituir impostos também sobre serviços de telecomunicações e de transportes. E os municípios poderão instituir impostos também sobre vendas de gasolina, combustíveis líquidos gasoso (exceto óleo diesel) e sobre serviços definidos em lei. A União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza sobre produtos industrializados, 45% aos fundos de participação dos estados, Distrito Federal e municípios, além de 3% para financiamento de investimentos nas regiões Norte e Nordeste, através dos governos dos estados respectivos.

Brasília Agência Estado

CURSO ÊXITO
PROCURADOR DO ESTADO
Concurso iminente. Novo intensivo, de 24/9 a 23/12/87. Aulas de 2ª a 6ª feira, de manhã. Todas as matérias, Profs. excelentes, elevados índices de aprovação. R. Sen. Feijó, 111 4º and. tel. 36-9876.

Alencar-Montein

Ao receber de Richa a "emenda consensual", Ulysses promete agir com neutralidade

Sarney inicia 'acerto de contas' com constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo não vai prometer coisas novas aos constituintes, cobrará favores antigos. A estratégia foi definida ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, durante reunião do presidente José Sarney e sete de seus ministros, e será usada contra a aprovação do parlamentarismo. Na Comissão de Sistematização, o esquema a favor do presidencialismo será coordenado pelo líder Carlos Sant'Anna, enquanto os ministros investirão sobre todos os constituintes.

"Será um acerto de contas", disse uma autoridade do governo. Serão cobrados os credenciamentos no setor de atendimento médico do INPS, concessões de rádio e televisão e tudo o que os parlamentares tiverem em dívida com a administração federal e que até mesmo poderá perder. O governo pode, por exemplo, demitir um delegado do MEC ou do Incra, nomeado para atender os interesses de um determinado constituinte.

Participaram da reunião, que começou às 8 horas, os ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social; Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano; Jorge Bornhausen, da Educação; Anibal Teixeira, do Planejamento; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; e Ivan de Souza Mendes, do SNI.

Ficou decidido que Carlos Sant'Anna examinará todas as propostas presidencialistas existentes na Constituinte, combinando as forças que o apóiam na Comissão de Sistematização. Antes da votação do substitutivo de Bernardo Cabral, ele pedirá destaque para a apreciação das emendas presidencialistas. Na avaliação do governo, o presidencialismo tem mais de 50 votos na Sistematização. No plenário, e expectativa é também de maioria.

"As cartas estão na mesa. O presidente Sarney quer o presidencialismo e todos os seus ministros vão-se empenhar nessa tarefa", disse Costa Couto, acrescentando que o governo não se recusa a negociar, desde que o sistema de governo seja o da preferência do presidente. No final do dia, o porta-voz da Presidência, Antônio Frota Neto, reafirmou que Sarney não abre mão do presidencialismo e dos cinco anos de mandato. E conseguirá o seu objetivo obtendo o que os parlamentaristas não alcançaram: consenso, uniformidade e empenho em torno de uma única proposta. Para isso, não hesitará em usar a força de pressão da máquina administrativa. Segundo o ministro Costa Couto, "há um desafio, nós estamos na hora da verdade".

PFL divide-se e Lourenço não reage

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Grupo de 11 representantes do PFL, dos 24 que integram a Comissão de Sistematização, assinou ontem documento "tornando pública a posição irredutível de votar e lutar pela aprovação do regime parlamentarista de governo". O líder José Lourenço, que já havia insinuado a possibilidade de afastar os dissidentes da comissão, mudou de opinião. Depois de se reunir com o presidente do partido, Marco Maciel, e com o líder no Senado, Carlos Chiarelli, Lourenço adotou tom mais ameno: "Vou ficar aqui, silenciosamente, aguardando os acontecimentos".

Assinaram o documento de defesa do parlamentarismo puro o presidente da Sistematização, Afonso Arinos, Carlos Chiarelli, Marcondes Gadelha, Antônio Carlos Thame, Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, José Jorge, Alceni Guerra, José Lins, Aloísio Chaves e Arnaldo Prieto.

Ulysses diz que respeita a maioria

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, declarou ontem, em tom solene, que não dificultará a implantação do sistema parlamentarista de governo, se esta for a vontade da maioria e da sociedade brasileira, apesar de sua conhecida posição pessoal a favor do presidencialismo.

A declaração foi feita à tarde, em seu gabinete, após receber a "emenda consensual" do chamado "grupo parlamentarista interpartidário", que prevê a implantação gradual do sistema: em 1988 o primeiro-ministro será de livre escolha do presidente Sarney, em votação pela Câmara, sendo vedado o voto de censura; e em 1989 haveria a implantação de fato. As eleições presidenciais, questão que ficou para o relator decidir, seriam a 15 de novembro de 1990.

O gabinete de Ulysses Guimarães ficou lotado de parlamentaristas, tendo à frente Afonso Arinos (PFL), José Richa (PMDB) e os líderes do PMDB na Constituinte Euclides Scalco, na Câmara, Luiz Henrique, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, além de vários parlamentares do PMDB, do PFL do PDS e do PTB.

Depois de José Richa e Afonso Arinos falarem da emenda e dos objetivos dos que defendem o parlamentarismo, o presidente da Constituinte destacou "a qualidade dos presentes", observando que, em termos de quantidade, sua sala já esteve mais cheia.

Durante a exposição de Richa houve um incidente entre o senador paranaense e o líder em exercício do PMDB na Constituinte: Euclides Scalco (PR), seu ex-secretário de governo e amigo pessoal de longa data. Richa equivocou-se, falando em consenso na parte transitória. Scalco tentou corrigir duas vezes, para dizer que o acordo havia sido feito na parte permanente. Richa não gostou, parou de falar e dirigiu-se ao líder: "Já que o companheiro não me deixa falar, poderia prosseguir na exposição". Depois eles se abraçaram, com Richa se desculpando: "Estou sem dormir desde ontem".

Ulysses Guimarães e Afonso Arinos exaltaram a atuação de José Richa. Para Afonso Arinos, o senador demonstrou que no Executivo e no Legislativo é um "operário da grandeza".

O presidente da Comissão de Sistematização declarou, dirigindo-se em especial aos jornalistas — "Vocês que fazem a História" — que o grupo parlamentarista não é de oposição a ninguém, muito menos ao presidente Sarney. "Não temos sentimentos de hostilidade, mas de admiração ao presidente e ao seu governo. Queremos contribuir para a glória do País e para a glória do governo Sarney", afirmou Afonso Arinos.

O encontro foi encerrado por Ulysses Guimarães. Ciente de que seria ouvido com a maior atenção, pela sua posição de presidencialista, o presidente da Constituinte começou por exaltar "a pureza evangélica" de Afonso Arinos e o "dinamismo e os muitos títulos" de José Richa.

De prático, informou que distribuirá a emenda à comissão e ao relator Bernardo Cabral, "como subsídio". Defendeu o entendimento, o diálogo e confirmou que, pessoalmente, é presidencialista, acentuando: "Acima da minha posição pessoal está a Constituinte, a Pátria, o povo. Terei a humildade de reconhecer a vontade da maioria. Que Deus nos oriente na solução necessária".

'O poder para mim não é festa'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O poder para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação", disse o presidente Sarney, ontem, em seu programa semanal **Conversa ao Pé do Rádio**, transmitido em cadeia todas as sextas-feiras. Ele voltou a justificar sua preferência por um presidencialismo moderno, a defender cinco anos para seu mandato e criticar o parlamentarismo. "Não temos uma velha tradição partidária, não temos burocracia constituída em carreira e selecionada pelo mérito, não temos experiência efetiva do sistema de governo parlamentar", justificou.

Além disso, criticou a falta de um pacto de união, afirmando que "as divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuísmos mostraram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimento, o grande terreno de um novo pacto". Por essa razão, disse que se manifestou favorável a um presidencialismo moderno com o Congresso fortalecido. Mas negou que exista algum constituinte ao qual tivesse "procurado aliciar, utilizando o governo em razão da discussão do mandato".

O presidente disse que suas iniciativas tiveram sempre a finalidade de defener o interesse nacional, acrescentando que o seu desejo é de que o País tenha uma Constituição que assegure a estabilidade política e a governalibidade, e possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam instituições democráticas fortes. Baseado nisso, defendeu a opinião de que a democracia não vive apenas de leis, mas também da prática democrática, concluindo que o direito de cada cidadão termina onde começa o direito de outro cidadão.

"Muito menos fonte de satisfação"

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente José Sarney no programa **Conversa ao Pé do Rádio**:

Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney, nesta **Conversa ao Pé do Rádio** desta sexta-feira, dia 18 de setembro.

Estamos numa semana em que os temas dominantes no País foram as preocupações de natureza política. As definições que estão iminentes em nossa Assembléia Nacional Constituinte.

Quero dizer que minhas opiniões nesta área tiveram sempre a finalidade de defender o interesse nacional. O que eu desejo é que a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade, e possa dar o respaldo legal necessário a que floreçam no País instituições democráticas fortes. A democracia vive de leis, mas vive muito da convivência e da prática democrática. É uma estrutura legal, é o Estado de direito, mas também é um estado de espírito, de educação política. Educação política em que se sabe que o direito de cada cidadão termina onde começa o direito de outro cidadão.

Eu não tenho nenhum interesse pessoal a defender nos temas que estão sendo travados, mas tenho a obrigação e o dever de não ser omisso. Tenho responsabilidade perante a História e a Nação.

A experiência de governo, a minha vivência de homem público me traz a convicção de que não temos ainda as instituições suficientemente fortes capazes de enfrentar, sem dificuldades, as crises. Não temos uma velha tradição partidária, não temos burocracia constituída em carreira e selecionada pelo mérito, não temos experiência efetiva do sistema de governo parlamentar.

As divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuísmos mostraram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimentos, o grande terreno de um novo pacto.

Considerando estas realidades manifestei-me, em maio, por um presidencialismo moderno, com práticas parlamentares que fortifiquem o Congresso e assegurem que essa vivência possa dar, em termos de futuro, condições para um regime mais sofisticado.

Ao manifestar-me pelos cinco anos de mandato, o fiz com a certeza de que esse prazo é o melhor para o País. Disse que abria mão dos seis anos para o qual foi eleito Tancredo Neves, e cujo mandato, por direito próprio e constitucional, me foi outorgado em face de sua morte. Não me move nestas decisões nenhum desejo de poder. Não existe nenhum constituinte que eu tenha procurado para aliciar, utilizando o governo em razão da discussão do mandato. Minha conduta tem sido sempre a mais correta. O poder para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação. Exerço-o pra cumprir um dever e serviço público, sem lamúrias nem queixas, mas com o grave senso da grandeza de presidir a República, o meu País.

Antes de terminar, eu quero dizer que estamos na Semana da Árvore, e o dia 21 será o Dia da Árvore. Isso nos coloca frente ao desafiador problema da defesa do meio ambiente. Devemos estar sempre voltados para essa luta contra a devastação da natureza, que é grave no Brasil e em todos os países do Terceiro Mundo. Já no meu governo, tenho procurado dotar a sociedade dos meios para defesa do meio ambiente. No ano passado mesmo, com outros atos que trataram do assunto, nós criamos áreas de proteção ambiental, que envolvem a Ilha de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas, os Penedos de São Pedro e São Paulo e a criação da estação ecológica de Angra dos Reis. Vamos defender os nossos rios, nossas matas, lagos e lagoas, animais que neles vivem e que são fatores de equilíbrio ecológico e garantia de sobrevivência do homem.

Quero também ressaltar neste programa que se iniciou ontem a Semana de Trânsito. Neste setor muito preocupam o governo e a sociedade os números dos alarmantes acidentes de trânsito, as mortes freqüentemente de famílias inteiras, nas estradas. No que se refere ao governo, tenho a dizer que o Ministério dos Transportes está empenhado em restaurar milhares e milhares de quilômetros e já restaurou mais de 4.200 quilômetros de estradas este ano. Da mesma forma, nós estamos preocupados, procurando identificar, para corrigir, cerca de 2 mil chamados pontos negros das estradas, porque é neles que nós verificamos a maior incidência de acidentes.

Quero anunciar, também, que este mês ainda eu estarei visitando as plataformas de exploração de petróleo de Campos, no estado do Rio. Vou ver o trabalho dos nossos técnicos da Petrobrás. O Brasil hoje produz quase 600 mil barris de petróleo por dia, cerca de 60% do consumo nacional. Se compararmos com o que há seis anos produzíamos, que eram 180 mil barris, estamos orgulhosos da Petrobrás por esse serviço. Triplicamos a nossa produção, o que é um feito extraordinário. E deve-se frisar que a produção de petróleo no Brasil tem se sustentado sem prejuízo das nossas reservas recuperáveis, que hoje superam a casa dos 2,5 bilhões de barris de petróleo.

Saudamos também, com grande euforia, a descoberta do petróleo no Amazonas, na bacia do rio Urucu, uma grande área nova que também será uma importante contribuição ao setor do petróleo do Brasil.

Para finalizar, quero dizer que minha mulher, Marly, encontra-se no Rio Grande do Sul para instalar algumas creches, fazer alguns convênios e visitar o grande povo gaúcho e também para encontrar-se na fronteira com a sra. Martha Sanguinetti, esposa do presidente do Uruguai, para firmar um convênio de cooperação na área social dos dois países.

Minha palavra final, que é sempre uma palavra de otimismo. A economia vai vencendo seus momentos mais duros e a inflação de setembro não deve ser maior do que a de agosto. Esperamos, assim, que se acomodem os preços relativos para termos índices mais baixos. Essa é a nossa esperança. Como sempre afirmei, vamos vencer e estamos vencendo com a ajuda das brasileiras e dos brasileiros.

Bom dia e muito obrigado.